



Anais da Assembléia

Nº 24

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 10 DE ABRIL DE 1985

ANO XI

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 20ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 1985.

(Quarta-Feira)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, Secretariada pelos Senhores Deputados Fiori Luiz e Tadeu França.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Antônio Belinati, Amélia Hruschka, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Edgard Pimentel, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkokski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Hermas Brandão, Homero Oguido, Ivan Gubert, José Antônio Fonseca, Luiz Alberto Oliveira, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Odeni Mongruel, Osvaldo Alencar Furtado, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte e Werner Wanderer (37). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Airton Cordeiro, Basílio Zanusso, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edmar Luiz Costa, Gabriel Manoel, Germote Kirinus, Gilberto Carvalho, Irondi Pugliesi, Jorge Maia Filho, Leônidas Chaves, Márcio Almeida, Nestor Baptista, Orlando Pessuti, Sabino Campos, Paulo Furiatti, Tércio Albuquerque e Wilson Fortes (20). Achando-se em licença o Senhor Deputado Fuad Nacli (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Está em discussão a ata que acaba de ser lida.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, em homenagem aos estudantes que aí estão, não pedirei verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Em votação a ata.
Aprovada.

Srs. Deputados, a Presidência comunica que estaremos recebendo, nessa sessão, com muita honra, um grupo de alunas do Instituto de Educação do Paraná, em visita a esta Casa, dentro do programa Recepção de Estudantes de 2º Grau.

Ao darmos boas-vindas aos jovens visitantes queremos significar o apreço deste Poder Legislativo pela juventude estudiosa de nossa terra, celeiro de futuras lideranças, através desta visita elas vêm praticar o aprendizado da democracia, na sua fonte básica que é o Parlamento.

As boas-vindas, portanto, aos estudantes do Instituto de Educação do Paraná, também estão presentes estudantes universitários do programa de estágio da Assembléia Legislativa do Paraná, que estão em treinamento prévio para depois servir aos Gabinetes Parlamentares desta Casa.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja dado Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 11/85, de sua autoria, que dispõe sobre o zoneamento agrícola para implantação ou expansão de áreas ou projetos destinados à produção de álcool e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1985.

(a) PAULO FURIATTI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Interno, regime de Urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 330/84, que denomina de ALBERTO BAGGIO o trecho da PR-559, que liga o Município de Paraíso do Norte ao Município de Mirador.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1985.

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 333/84 de sua autoria, que visa declarar de Utilidade Pública a Entidade ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS de Telêmaco Borba.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1985.

(a) PÉRICLES PACHECO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Procurador Geral da República, Dr. José Paulo Sepulveda Pertence, um voto de congratulações pela indicação do Dr. Fernando Andrade de Oliveira, para o cargo de Procurador da República no Paraná.

A escolha de Sua Excelência não poderia deixar de merecer os aplausos desta Casa de Leis, por ter recaído em personalidade ilustre e de competência indiscutível nas lides jurídicas em nosso Estado.

Requeiro, outrossim, que do presente requerimento, uma vez aprovado, seja também dada ciência ao eminente Procurador recém-designado.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1985.

Líder da Bancada do PDS

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das prerrogativas que lhe são concedidas pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, formulando apelo, para que através da pasta competente da sua administração, seja liberada uma verba especial à Associação de Recuperação de Alcoólatras de Tapejara, a fim de que seja construída a sua sede própria, conforme solicitação anexa.

Requer ainda, que da decisão deste Plenário, seja feita a comunicação à entidade supracitada, na pessoa de seu Presidente, Sr. Manoel Pereira da Silva.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1985.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

Excelentíssimo Senhor

Dr. Quielse Crisóstomo da Silva

MD. Deputado Estadual

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Curitiba - Pr.

Nobre Deputado.

Mais uma vez vimos recorrer aos préstimos de Vossa Excelência, que tanto nos tem ajudado e servido, pelo que sempre seremos gratos. Desta vez trata-se de reivindicação de ajuda para a Associação de Recuperação de Alcoólatras de Tapejara, a qual foi declarada de Utilidade Pública através do Projeto de Lei n.º 143/84 de 30.10.84, o que foi conseguido por Vossa Excelência, assim é que, se possível for, pedimos colaboração de qualquer fonte Estadual, para a construção da sede própria, tanto em dinheiro, como material ou qualquer benefício, o que só pode ser feito por colaboração de Vossa Excelência.

A associação tem funcionado cada vez mais atuante, prestando enormes serviços à comunidade na recuperação de inúmeras pessoas, fazendo-se mister sua sede, a fim de que possa expandir e melhor atender a quantos que continuam, bem como na angariação de demais associados e beneficiados.

Assim sendo, mais uma vez contamos com Vossa Excelência, agradecendo penhoradamente, colocando-nos ao inteiro dispor para preenchimento da documentação necessária, bem como prestar as informações que forem precisas.

Tapejara, em 11 de março de 1985.

(aa) MANOEL PEREIRA DA SILVA

A.R.A.

ALFREDO MARTINS RODRIGUES

Vereador

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio, por meio de telex diretamente ao Instituto do Coração em São Paulo, de voto de pleno restabelecimento do Excelentíssimo Senhor Tancredo Neves para que ele possa assumir os encargos da Presidência da República e conduzir o destino do povo brasileiro.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1985.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Presidente da Telepar-Telecomunicações do Paraná através da Secretaria do Interior, no sentido da realização de estudos objetivando avaliar as reais condições de se construir um posto para serviço telefônico no Distrito Administrativo de Geremia Lunardelli, pertencente à Municipalidade de Nova Cantu.

A presente reivindicação se faz necessária a sua apresentação ten do em vista solicitação formulada pelo Ilustríssimo Senhor Alcení Martinelli, antigo morador no Município de Nova Cantu. Esta pessoa afirma ser de fundamental importância a construção de um posto telefônico, já que, atualmente, os moradores daquela progressista localidade estão desprovidos de qualquer tipo de comunicação.

É de esperar dessa Companhia o imediato atendimento do que ora é formulado, atendendo, deste modo, a uma antiga reivindicação de Geremia Lunardelli.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Diretor Superintendente da EMOPAR- Empresa de Obras Públicas do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração, no sentido de que sejam destinados recursos orçamentários para a realização de reformas gerais na Escola Rui Barbosa - Ensino de Primeiro Grau, localizada na Municipalidade de Mamborê.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Mamborê, Ivo Brunetta, através da Administração daquela cidade, tem colocado em prática uma série de programas visando assegurar, para a população que estuda, condições ideais para tal. Mas não é, por outro lado, apenas preocupação da Prefeitura no que diz respeito as escolas pertencentes à rede municipal de ensino. Tem havido importantes apoios a educandários que integram a rede estadual. Mesmo assim, algumas dificuldades persistem.

Com relação a Escola Rui Barbosa, conceituado estabelecimento de ensino do município a nível de primeiro grau, o problema atualmente existente refere-se a questão de suas instalações. Conforme informa ainda o Prefeito Ivo Brunetta, o estado da Escola é de muita precariedade, existindo problemas com os quadros-negros, cobertura (telhado e forro), parte elétrica e hidráulica, piso entre outros.

A participação dessa EMOPAR e Secretaria de Estado da Administração é imprescindível, face a urgência em resolver os problemas daquele estabelecimento de ensino, o que é de esperar a adoção de medidas que venham, efetivamente, de encontro ao que ora é postulado.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Guimarães Vasconcellos,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, o envio de expediente oficial desta Casa de Leis à Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado de Estado das Finanças, Doutor João Elisio Ferraz de Campos, recomendado a urgente instalação de um Posto Avançado do Banco do Estado do Paraná S.A., na sede do Município de São Jorge do Patrocínio.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1985.

(a) NELSON VASCONCELLOS

JUSTIFICATIVA:

São Jorge do Patrocínio, o maior produtor de Café do Paraná por área, colhe, nesta safra de 1985, setecentas mil sacas de café em côco — a maior colheita dos últimos anos; é dos municípios novos instalados no Estado que carece de infra-estrutura para ordenar e conduzir suas riquezas que motivaram o Governo quanto a sua elevação à condição de Município; célula municipal com 360 Km², com população urbana de 2.562 e rural de 8.242, com mais de 7.000 eleitores inscritos, com 1.090 propriedades agrícolas de grande produção, com um comércio sustentado por 120 casas comerciais, com rede escolar de grande frequência, exige por parte da administração pública paranaense, todo apoio quanto à instalação de um posto avançado do BANESTADO.

A medida requer urgência pelos valores econômico-financeiros que movimenta volumosas safras de café produzidas pelo Município de São Jorge do Patrocínio.

Isto posto, agradece pelo empenho que a presente reivindicação receberá do Governo do Estado do Paraná, pela Secretaria de Estado das Finanças, pela Diretoria do Banco do Estado do Paraná e pelas Autoridades Monetárias.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Deputado DENI LINEU SCHWARTZ, solicitando urgente providências para a recuperação da estrada do Cerne, no trecho compreendido, entre os distritos de Bateias, no Município de Campo Largo, e Abapam, no Município de Castro.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1985.

(a) ACIR MEZZADRI

JUSTIFICATIVA:

Sendo uma área densamente povoada, a recuperação do trecho ora solicitado, vem atender aos anseios das comunidades de ambos os municípios que necessitam de maior acesso aos distritos mencionados com maior rapidez e segurança, facilitando o escoamento da produção de inúmeras pequenas propriedades rurais da região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhada correspondência ao Senhor Governador José Richa, pedindo que determine estudos por parte do BANESTADO S/A Crédito Imobiliário, com vistas à aplicação de 15 por cento da importância destinada à construção civil na edificação de conjuntos habitacionais pelo regime de mutirão implantado pela COHAPAR, com taxas de

juros a serem pagas pelos mutuários equivalentes à remuneração paga pelo Banestado à Caderneta de Poupança.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1985.

(a) MÁRIO PEREIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar-Social, encarecendo a liberação de maior cota de remédios para o setor, na Municipalidade de Juranda.

O setor de saúde de Juranda, no que tange ao atendimento ao público, não possui à sua disposição, uma cota de remédios que sejam compatíveis com suas reais necessidades atualmente verificadas. Tal realidade conjuntural vem sendo apontada pelo Excelentíssimo Senhor Diemes Amadei, que é Chefe do Executivo Municipal de Juranda, que aliás têm demonstrado grande preocupação quanto à importância de dotar aquela cidade de uma estrutura em termos de assistência à saúde de um modo em geral, de acordo com a demanda.

Diante da exposição de motivos, é de se esperar que essa Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, mediante estudos apropriados, determine, através de seus organismos competentes, maior apoio para Juranda, especialmente no tocante a cota de remédios.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo o envio de materiais e equipamentos para o posto, localizado na Municipalidade de Mariluz.

As autoridades e demais pessoas responsáveis direta e indiretamente pelo setor de saúde no Município de Mariluz são unânimes em afirmar que há a necessidade urgente de dotar aquela cidade de condições que permitam corresponder as expectativas da população quando esta precisa de auxílio.

O que se verifica atualmente é a falta de uma melhor estrutura. Pois o que tem preocupado aquela coletividade é que, por muitas vezes, torna-se até mesmo impossível atender algum caso, por mais fácil que este possa parecer.

Ademais, num segundo plano, mas de grande urgência, se refere à questão de utensílios e materiais para a realização de trabalhos burocráticos, já que, pela falta de tais equipamentos não se pode nem mesmo desenvolver um controle, através de estatísticas, do quadro de saúde da gente de Mariluz.

Diante da exposição de motivos e de acordo com a relação das solicitações contidas em anexo ao presente requerimento, é de se esperar dessa Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social o pronto atendimento do que ora é preconizado.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, no sentido da liberação de um congelador para o posto, localizado na Municipalidade de Moreira Sales.

O posto de saúde existente na Municipalidade de Moreira Sales precisa, o mais breve possível, contar com um congelador. Tal reivindicação visa atender preocupação existente por parte dos responsáveis pelo setor. Estes afirmam que com a doação de um congelador será possível assegurar a conservação de diversos remédios, notadamente as vacinas, assegurando a qualidade necessária.

É de capital importância que essa Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, mediante as possibilidades, determine a adoção de medidas que possam vir de encontro à presente reivindicação, resolvendo, desta forma, um antigo problema vivenciado em Moreira Sales.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Sr. Diretor-Presidente da CAFE do Paraná, Companhia Agropecuária de Fomento Econômico, através do Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Agricultura, encarecendo o envio de um trator para auxiliar na aplicação do programa de micro-bacia, referente à municipalidade de Janiópolis.

O Excelentíssimo Sr. Lino Dias da Silva, integrante do Poder Legislativo janiopolense, é o autor da presente reivindicação. De acordo com aquele Vereador, a receptividade no que diz respeito ao programa de micro-bacia, tem sido a melhor possível, comprovada pela disposição dos diversos proprietários rurais existentes.

No entanto, a execução do mencionado programa de micro-bacia, pode, até certo modo, ficar comprometido a sua concretização no prazo previamente traçado. Tal situação deve-se ao fato de que falta condições. A falta de pelo menos um trator é a causa apontada.

Neste sentido, a solução apresentada pelo nobre Vereador Lino Dias da Silva, que aliás vem de encontro com as aspirações dos agricultores, refere-se à real necessidade de, através dessa Companhia e dessa Secretaria de Estado da Agricultura, seja destinado, o mais breve possível, um trator apropriado para a execução dos trabalhos relativos à construção de micro-bacias naquela rica e próspera região de Janiópolis.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1985.

(a) RUBENS BUENO

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 41/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Dá denominação de "ÁLVARO GODOY", à estrada que liga o Distrito de São Luiz, no Município de

Londrina, à PR-445 (Rodovia Celso Garcia Cid).

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1985.

(a) FIORI LUIZ

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu França, inscrito.

O SR. TADEU FRANÇA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Mesmo estando às vésperas de entregarmos a Presidência da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa a outro Parlamentar, temos a grata satisfação de, ainda na condição de presidente desta Comissão, saudar os estudantes normalistas do Instituto de Educação do Paraná que aqui vêm, nesta verdadeira demonstração de que, mais do que nunca, salutar se faz, um conhecimento mais pleno e mais profundo e mais entrosado, entre as atividades do Parlamento, e a sociedade paranaense.

Da mesma forma, fazemos questão de enfatizar que a nossa saudação é também extensiva, em nome, portanto, da Liderança da Bancada do PMDB, porque vemos acima de tudo, na presença daqueles que se formam para responsabilidade tão imensa, qual seja o de educar o futuro de uma pátria, o futuro de toda uma União. Nós entendemos, profundamente, que nas mãos dos professores é que está a grande responsabilidade de formar e transformar socialmente o Brasil.

Sabemos que é no trabalho humilde, tantas vezes desconhecido, do mestre, que se vai formando a alma daqueles que, no amanhã bem próximo, haverão de estar ocupando os nossos lugares, ou haverão de estar na sociedade desempenhando um papel fundamental pelo bem-estar das nossas maiorias que continuam, ainda hoje, oprimidas.

É por esta razão, por entender que é no trabalho de construção nacional que existem muitas pessoas a quem cabe o papel de ser tijolos de parede, facilmente vistos, facilmente expostos, aos professores, aqueles que estão voltados para o trabalho de educar, de bem formar aqueles que serão responsáveis pela Educação, em nosso Estado, em grande parte cabe o trabalho de se converterem em verdadeiros tijolos de alicerce, não são vistos, permanecem muitas vezes sem aparições em rádios, jornais e televisão, mas, nem por isso, seu trabalho é menos importante, nem por isso seu trabalho deixa de ser relevante.

É por esta razão que, dentro do espírito da Nova República, quando nós, mais do que nunca, estaremos precisando de heróis diferentes, heróis de carne e osso, heróis do dia a dia, que sejam capazes de traduzir um heroísmo ímpar e mostrar os caminhos, principalmente, aqueles heróis que conseguem o milagre de sobreviver com o salário-mínimo.

Quando nós vemos, no despontar da Nova República, a imagem espelhada de heróis em carne e osso, como aquele sargento em Brasília, sobejamente conhecido por nós, que no fosso de ariranhas foi capaz de, estando à paisana, e sem estar cumprindo suas obrigações para salvar uma criança, foi capaz de atirar-se em meio às feras e salvar um garoto que nem sequer conhecia, e sair de lá todo ensanguentado,

desfalecido, e dar a sua vida para salvar uma criança a quem nem sequer conhecia.

Heróis de um tempo novo, a clamar por um Brasil diferente, que terá que ser construído por nós todos, de mãos dadas, numa roda plena de solidariedade.

É por esta razão, portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que não poderíamos jamais deixar de externar as nossas boas-vindas de coração, por entendermos que, ou lá encontraremos todos juntos a saída para os problemas brasileiros dentro da rota educacional, ou então, haveremos de nos perpetuar num Brasil de 20 milhões de menores abandonados, num Paraná rico, de onde estão saindo milhares de paranaenses, numa terra abençoada, e cuja imensa e esmagadora maioria vive o drama do agricultor sem terra, vive a dor do operário mal pago, dos nosso desempregados, enfim.

Nossas boas-vindas e que esse encontro possa vir a ser apenas o primeiro de outros tantos, que precisam surgir.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Belinati, inscrito.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Dois assuntos nesta tarde, nos trazem à tribuna. O primeiro é lamentar a posição do Secretário da Segurança, Luiz Felipe Hajj Mussi, que prometeu aos escrivães e agentes de segurança que fizeram o curso, prestaram concurso na Escola de Polícia do Paraná, foram aprovados, e o Sr. Secretário da Segurança prometeu pessoalmente aos escrivães e agentes de polícia, que a nomeação de todos eles, num total de mais de 500, essas nomeações seriam assinadas, no mais tardar, no dia de hoje.

E o Sr. Secretário de Segurança Pública, de repente, voltou a manter contato com os escrivães e agentes de polícia, para refazer tudo aquilo que ele também prometeu, a exemplo do Governador José Richa: jogou um caminhar de água fria sobre esses escrivães e agentes de polícia, comunicando que não há nenhum prazo para que essas nomeações sejam assinadas pelo Governo.

É lamentável que esse clima de frustração, é lamentável que esses compromissos do Governador e do Secretário de Segurança, não sejam cumpridos aqui no nosso Paraná.

Os agentes e escrivães de polícia estão decepcionados com o tratamento incoerente que vêm recebendo por parte do Governo do Paraná.

O segundo assunto, Sr. Presidente, Srs. Deputados: a SANEPAR criou um time de voleibol, um time bom, para disputar as maiores competições nacionais, para viajar por todo o Brasil envergando a camisa da SANEPAR.

Até aí, nada de mais, porque somos também defensores do esporte amador. O brasileiro gosta de voleibol, basquete, de futebol de salão.

Mas o que é pior, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que a SANEPAR criou este time de voleibol chamado cristalino, e para reforçar o caixa, para poder sustentar esses jogadores que vão desfrutar de um turismo por todo o Brasil, a SANEPAR é o primeiro órgão público do Governo da Nova República a impor

um aumento nas tarifas de água e esgoto, aumentou em trinta e cinco por cento as taxas de água e esgoto para poder ter bastante dinheiro em caixa, para poder sustentar este time de voleibol.

Quem vai pagar é o rico, é o remediado, é o pobre que terá sua água cortada, até, se ele não tiver dinheiro para pagar a conta da SANEPAR, no começo de cada mês. A tarifa que já é pesada, ela é reajustada aqui no Paraná em trinta e cinco por cento.

Queremos apelar ao Sr. Governador José Richa. É uma pena que o Sr. José Richa tenha permitido que o seu Governo tenha dado o tiro de partida, se transformando no primeiro Governo do Brasil a aumentar uma taxa de serviço público para poder ter dinheiro para manter esse time de voleibol chamado Cristalino.

Não adianta desculpas de que o aumento foi autorizado pelo Governo Federal. O Governo do Estado tem autonomia, se o Governador José Richa não quisesse, ele não implantaria este aumento, não sacrificando o orçamento familiar de milhares ou milhões de trabalhadores do nosso Paraná.

A nossa tristeza, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque a na Nova República, quando o Governo Federal está tentando conter a corrida inflacionária, o Paraná sai na frente dando um mal exemplo. Cria a SANEPAR um time de voleibol, de outro lado, para manter esse time, sacrifica a conta de água e esgoto do nosso povo, aumentando a tarifa em trinta e cinco por cento.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Está com a palavra o Sr. Deputado Odeni Mongruel, inscrito.

O SR. ODENI MONGRUEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "A nomeação do Engenheiro Osiris Stenghel Guimarães à Presidência da Rede Ferroviária Federal S/A, em ato do Presidente da República, em exercício, José Sarney, atendendo indicação do Ministro dos Transportes, Affonso Camargo, reveste-se de significativa importância ao Paraná quanto a conquista de posições expressivas na estrutura administrativa do Governo Federal.

O Paraná precisa recuperar o prestígio e a representatividade através de efetiva participação nos altos escalões da República, na mesa das grandes decisões nacionais, pois não basta apenas gerar riquezas não recebendo o retorno suficiente da parte que lhe cabe nessa redistribuição.

O acerto da escolha de Osiris Stenghel Guimarães é evidenciado pela folha de serviços prestados que possui no setor de transportes, em especial como executor do maior programa de ampliação de malha rodoviária, levado a efeito por um Governo Estadual nos últimos anos.

Assim, o conceito de profissional capaz e administrador eficiente oferece, desde logo, aos paranaenses, a certeza de que o nosso Estado mostrará ao Brasil, através do desempenho do novo Presidente da Rede Ferroviária Federal S/A, que dispomos de homens públicos preparados e em condições de auxiliarem na busca dos propósitos anuciados pela Nova República.

Na satisfação do povo do Paraná, por esta escolha, está embutida uma indisfarçável expectativa e até confiança,

no sentido de que justas e antigas reivindicações do nosso Estado, no sentor, sejam agora contempladas.

É preciso portanto, que no planejamento e programação do setor ferroviário do País, o Paraná seja convenientemente incluído, fazendo com que a desatenção passada seja ora substituída pelo atendimento que compense o tempo de espera, quando não foi o Estado abrigado pelas prioridades nacionais.

O ressarcimento dos custos da construção da Central do Paraná, a execução do projeto da Ferrovia da Soja, a modernização da Ferrovia Curitiba - Paranaguá, são indagações que o povo paranaense espera receber às respostas satisfatórias do Engenheiro Osiris Stenghel Guimarães frente à Rede Ferroviária Federal S/A.

Quanto à política de desenvolvimento de recursos humanos do quadro próprio da RFFSA, confia-se que o novo dirigente da Empresa, pela sua condição de servidor público consciente, contemple, também com suas atenções, as justas reivindicações da categoria, encaminhadas pelo SINFER, órgão representativo de classe, uma vez que no Paraná e Santa Catarina concentra-se grande número de funcionários e dependentes, mantendo e acelerando o fluxo de benefícios que têm direito.

Na condição de representante político dos Campos Gerais, auguro que o novo Presidente da Rede Ferroviária Federal S/A, possa, durante a sua permanência no cargo, transferir a velha Estação Ferroviária e erradicar o parque de manobras do centro de Ponta Grossa, o que será possível através da construção de uma variante de cerca de 14 km, a partir da localidade denominada Cará-Cará, que, não exigindo investimentos de porte, permitirá uma melhor urbanização daquela área, possibilitando o embelezamento da importante cidade industrial e universitária, do interior paranaense".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O motivo da nossa presença nesta tribuna, é para reapresentarmos um projeto de lei vetado o ano passado pelo Sr. Governador do Estado.

Mas, face às reivindicações insistentes e persistentes, da comunidade agrícola, da região Noroeste do Paraná, voltamos a reapresentar este projeto de lei, que diz: (Lê)

"Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, em próprio do Estado, no Município de Paranavaí, escola técnica agrícola, em nível de segundo grau, que receberá o nome de "Colégio Agrícola Heitor Alencar Furtado".

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1985.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO

JUSTIFICATIVA:

Persistimos em reapresentar o presente plano de lei, por considerar justa e apropriada a reivindicação da comunidade rural da Região Noroeste do Estado, quando insiste na criação e implantação do "Colégio Técnico Agrícola Heitor Alencar Furtado", e que vem de ser manifestada através da Câmara Municipal de Paranavaí, por requerimento do Vereador José Paranhos de Mesquita e pela solicitação de 19 Sindicatos de Trabalhadores Rurais, que são os de Paranavaí, Florai, Itaúna do Sul, Loanda, Nova Esperança, Nova Loanda, Paraíso do Norte, Paranacity, Planaltina do Paraná, Querência do Norte, Santa Cruz do Monte Castelo, Maristela, São Carlos do Ivaí, São João do Caiuá, São Jorge do Ivaí, Tamboara, Terra Rica, Mandaguaçu e Amaporã.

Insistimos, como legítimos representantes do povo, no cumprimento do Programa Básico do nosso partido, onde está escrito:

"Na educação agrícola, o quadro de deficiências atinge o extremo. Quando existe algo neste setor é apenas um medíocre ensino urbano transplantado. A verdade é que a educação do trabalhador agrícola brasileiro, praticamente não foi inaugurado". O PMDB e as Políticas Sociais, item 8, pág. 52.

Diz também esse mesmo Programa, na sua apresentação: "O PMDB não tem programa meramente formal, simples ritual extrínseco para registro na Justiça Eleitoral. O PMDB não é um partido comandado por homens, mas pelas idéias e compromissos do Programa. O PMDB cumpre".

Apelamos para que seja reconsiderado o presente plano de lei, apesar do Veto apostado e dos imperativos constitucionais que constituem seu arrazoado.

Considerando as razões que vêm de ser por tantas vezes debatidas, sobre a defasagem e inadequação do sistema educacional brasileiro desde a época jesuítica, até os nossos dias, passando pelos movimentos renovadores dos anos vinte, pela resistência dos conservadores e pelas várias reformas malogradas.

Sabemos que as escolas agrícolas existentes são insuficientes e inadequadas para atender a demanda efetiva e potencial da educação nas áreas rurais.

Sabemos do elevado índice de evasão escolar, agravado a nível de segundo grau, e das escolas rurais, e conhecemos algumas das razões que levam muitas vezes a comunidade rural a buscar as escolas urbanas.

Sabemos da disposição da Pasta de Educação em ouvir as necessidades da comunidade e da vontade política de mudança.

Sabemos também que a Secretaria de Estado da Educação reavaliou em meados do ano passado (segundo notícias publicadas pela Pasta), o projeto de reestruturação do segundo grau, e portanto terá constatado as possibilidades de adequação de algumas escolas, o que significa que nem sempre a criação de uma escola acarretará aumento de despesas, podendo ser transferidos ou recolocados recursos já existentes.

Por estas razões, confiamos no acatamento do presente plano de lei, que acreditamos suficientemente justificado pelas solicitações mencionadas, as quais anexamos".

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Sérgio Spada. Não se encontrando em plenário

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Sr. Presidente, Srs.

Deputados.

Inicialmente a nossa saudação, em nome da Bancada Peemedebista, à presença de tantos estudantes em nossa Casa de Leis, o que sobremaneira valoriza esse Poder, e nos dá certeza de uma nova geração preocupada com os destinos políticos da sua Pátria, e por consequência engajados nos movimentos sociais, políticos e econômicos de nossa Nação. (Lê):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados. A Nação brasileira atinge, nesse momento, a sua maturidade política com os acontecimentos ocorridos, com o Presidente eleito, Dr. Tancredo Neves.

Acontecimentos iguais a esses que presenciámos no dia de hoje, se ocorridos em anos anteriores, teríamos as nossas paisagens infestadas de verde, mas na cor oliva, os nossos rios e mares cobertos de fragatas e torpedeiros e nossos céus pontilhados de foguetes e aviões bélicos.

A história recentíssima nos faz lembrar de um José Maria Alkimin, civil, mas que nem sequer tinha um gabinete de despacho, nem muito menos um carro oficial. Posteriormente tivemos um outro Vice-Presidente civil, Pedro Aleixo, que após a morte do generalíssimo Costa e Silva, teve seu cargo garfado por uma junta militar.

Naquela época, o Vice-Presidente era civil, na pretensão de mascarar uma ditadura que se pretendia vender no exterior como uma democracia, apesar de contar com militares nos principais postos e ter as baionetas como pedestal da moralidade e austeridade.

O que não estaria acontecendo agora, com o nosso Presidente enfermo, se o amadurecimento político e institucional não tivesse chegado até nós.

E como chegamos até este ponto? Como? De que forma este amadurecimento aconteceu?

Na verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ele conseguiu vingar, a partir do momento em que novas mentalidades foram chegando ao poder, com a renovação dos participantes do Congresso Nacional, com as modificações realizadas nos altos comandos militares e a nova mentalidade implantada nas forças armadas, e da alta missão que desempenham no contexto global da Nação. Tudo isso, somado com a conscientização do povo brasileiro de que nossos destinos estavam sem rumo, sem direção, que nossas diretrizes básicas estavam sem leme, sem velas, qual barco perdido no oceano das idéias, como diria o fabulista Fontaine.

E por que vingou, Sr. Presidente, Srs. Deputados?

Porque houve ressonância de toda a sociedade, de todos os segmentos, dos trabalhadores, dos estudantes, dos militares, dos civis de todas as categorias, pois o milho e o trigo são idênticos para todos, e se percebia que cada vez eles mais se distanciavam da mesa dos brasileiros.

Porque os trabalhadores foram às ruas clamando mudanças, as donas de casa bateram nas panelas vazias, os estudantes sentiram a falta de cadeiras para sentarem e

estudarem, o homem do campo a falta do financiamento para produzir, os médicos, advogados, enfermeiros e toda a classe liberal não mais conseguiam ver a possibilidade de seus clientes rumarem aos seus serviços.

E agora, com a demonstração desse amadurecimento não podemos perceber qualquer retrocesso, qualquer modificação do quadro, qualquer tentativa de criar novos casuísmos que venham alterar o dispositivo constitucional.

Temos que defender com unhas e dentes, com a garra que caracterizou a chegada às mudanças, a manutenção da ordem e a preservação das instituições democráticas.

Se o infortúnio bater na porta de nosso Presidente eleito e o impedir de assumir as funções presidenciais, há que se manter os postulados constitucionais e se empossar, definitivamente o Vice-Presidente eleito.

A nossa luta não pode ficar restrita a nomes ou pessoas, pois estes se vão com o passar do próprio tempo. Temos um compromisso com idéias, filosofias de governo, programas sociais, liberdade de expressão, participação política efetiva de todas as correntes filosóficas, reestruturação da economia, moralidade nos gastos públicos e um sem número de medidas saneadoras que se fazem necessárias após tantos anos de despotismo e arbítrio.

E neste momento é de bom alvitre que se diga em alto e bom som, que não podemos visualizar a concretização de todas essas medidas que não seja através de uma Nacional Constituinte.

Sentimos a preocupação da Nova República em promover todas essas medidas que urgem serem tomadas, para que a nossa Nação possa reencontrar o caminho de sua autodeterminação política, econômica e social.

No comando de quem quer que seja, desde que legitimamente eleito, todos nós temos a obrigação de ensinar o apoio necessário, sob pena de, através da omissão, estarmos dando continuidade aos sistemas até então vigentes.

Erros e desácertos existirão fatalmente ao se promover as mudanças e teremos que estar atentos, não como ártibros e donos de uma única verdade, mas como críticos e moderadores na intenção de se atingir os anseios de toda a Nação.

No Legislativo, tanto Municipal, quando Estadual e Federal, não deveremos estar unidos somente em torno de sermos ou não governo, pois a luta pelo poder passa a ser secundária nesta fase de reformas institucionais que atravessa o nosso País, mas unidos na preservação e recuperação plena e total das prerrogativas constitucionais. Deveremos estar unidos para que possamos recuperar o direito de legislar e não de aprovar a vontade do executivo. Temos que exigir a volta do princípio legislativo de que somente através de leis poderemos modificar os postulados legais, extirpando de vez a figura do Decreto-Lei que nos últimos vinte anos vem reinando em nosso País.

Até então presenciámos programas a serem implantados em nossos Estados sem que as comunidades representativas tenham sido ouvidas ou consultadas. No afã de uma legitimação, os governos que antecederam a Nova República, e no cumprimento do princípio geral de

administração pública de que cabe à União promover a locação de mão-de-obra, tivemos empreendimentos que se perderam no nada, como a Transamazônica; em nome da recuperação do Nordeste, criou-se a Lei 3418 que só serviu para ludibriar os incautos e encher os bolsos dos aproveitadores; em nome da necessidade de habitação ao trabalhador brasileiro, surgiu um BNH e com ele a Correção Monetária para coordenar o programa, e esqueceram de dar salários que pudessem fazer frente à aquisição da casa própria; no campo da educação, promoveram reformas na direção das especializações, em uma cópia dos grandes países capitalistas, esquecendo-se que o estágio brasileiro ainda era de País subdesenvolvido, precisando mais de generalistas do que especialistas, provocando um inchaço de profissionais sem a respectiva contrapartida de emprego; no campo da agricultura promoveram a introdução dos agrotóxicos e dos adubos químicos para incentivar a produção visando a exportação, e esqueceram de preparar o pequeno agricultor no manuseio das inovações, causando serios prejuízos para a produção voltada ao mercado interno, somente beneficiando as grandes multinacionais, únicas produtoras dos novos produtos. Esqueceram-se, igualmente, que a terra é uma riqueza nacional de quem a quer para produzir e não de quem a deseja para especular.

No campo dos transportes, promoveram a construção de uma malha viária sem a devida adequação técnica, e sem o mínimo planejamento, em detrimento dos sistemas ferroviários e da cabotagem, e, quando do advento do aumento do petróleo, não tínhamos meios de transportes para o escoamento da produção que não fosse o rodoviário, um dos fatores preponderantes para o aumento de nossa dívida externa, pela falta de alternativas. E um sem número de desacertos promovidos pela tecnoburocracia, que levaríamos infindáveis horas na sua enumeração.

Mas isso teria acontecido se o Congresso e a comunidade tivessem sido ouvidas? Isso aconteceria se as classes trabalhadoras e empresariais tivessem sido consultadas? Isso teria acontecido se tivéssemos em uma verdadeira democracia?

Certamente que não, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ninguém melhor que a classe empresarial para saber de suas reais necessidades, da melhor forma de produção, do melhor sistema de custo, pois são eles que visam o lucro, pois só agora é que começam a perceber a grande importância da função social que representam e que através dela os lucros financeiros tendem a ter um crescimento acentuado.

Ninguém melhor que o próprio trabalhador para saber o preço mínimo do sustento, embora não saiba traçar as expressões aritméticas e logarítmicas para determinar as tendências de preço futuro, pois é na mesa de sua família, dia a dia, que percebe o que o seu parco salário não consegue colocar.

Ninguém melhor que a própria sociedade para perceber que algo não vai bem no front oriental, como diria o jornalista e comentarista internacional Paulo Francis.

Realmente, se tivéssemos tido uma verdadeira

democracia, com um Legislativo independente e soberano, não estaríamos, hoje, na situação caótica que nos encontramos, onde não podemos nem pensar em pagar as dívidas, pois não possuímos a menor condição de pagar os juros da dívida.

Mas agora, nos anos 85, quebramos os grilhões e estamos novamente a navegar com leme solto, em busca dos horizontes que poderão trazer para o nosso povo melhores dias.

Entretanto, neste novo caminho, não devemos procurar avançar somente do ponto que hoje nos encontramos. Temos que recuperar as prerrogativas que nos foram cassadas, para daí então, continuarmos a progressão anteriormente tolhida, pois só assim poderemos tentar apagar da história, da memória, este hiato negro da evolução histórica da República brasileira.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, no dia de hoje assomo a esta tribuna como Líder de meu Partido, partido este componente de uma frente que alcançou o Poder Central político de nossa Nação, e que daqui por diante, irá conduzir os nossos destinos políticos e econômicos.

E, torna-se necessário que alguns pontos sejam bem ressaltados e explicitados para que não produzam confusões interpretativas no futuro. Em nosso entendimento, existe uma profunda diferença entre Liderança Política do Executivo e Liderança Política do Legislativo. O Líder Político do Executivo tem a missão de conduzir todos os programas de governo, procurando a harmonia técnica com a política, para que juntas atendam as aspirações da sociedade. O Líder Executivo, tem o compromisso de promover o bem-estar comum, de incentivar os meios de produção, de procurar a expansão da economia.

Já o Líder Político do Legislativo, tem por escopo principal a viabilização destes programas através de sua conduta legislativa, na criação de leis que permitam esta execução. Porém, tem também como função a da fiscalização como lícito representante da sociedade para tal mistér. O Líder Político do Legislativo há que ser um crítico imparcial, um retro-alimentador, o elo entre a proposta e a execução, o fiscal destas e o analista daquelas, e como tal há que portar-se com dignidade e imparcialidade. Os tempos mudaram, as mentalidades mudaram, e o compromisso que temos é com a mudança, com a reforma, com a independência dos Poderes, com a livre iniciativa, com os direitos humanos e com a ordem constitucional livre e soberana, emanada de uma Constituinte e não de um texto constitucional forjado nos escaninhos do interesse individual e dos comprometimentos com grupos internacionais.

E, como primeira proposta, apresento para debates a idéia da criação de uma comissão permanente nesta Casa Legislativa, para avaliar o desempenho dos programas de governo inseridos na mensagem do orçamento anual na qual o Legislativo poderá acompanhar, pari passu, as realizações da administração Estadual.

Para os que vivem, ainda, atrelados aos esquemas políticos do passado, isto poderá parecer um paradoxo

Mas, para aqueles que lutam por uma verdadeira democracia, verificarão, facilmente, que isto representa o legítimo interesse do Legislativo, que representa a prática de uma verdadeira democracia, englobando a austeridade e transparência pregada pelo PMDB quando postulava a governadoria do Estado do Paraná.

Como Líder do Governo, tentaremos conciliar as necessidades da administração estadual com as plataformas partidárias, no costuramento de idéias e negociações que visem sempre o interesse da sociedade. Sabemos do adágio popular que diz QUE TODOS OS CAMINHOS LEVAM A ROMA, mas nossa obrigação é o de viabilizar o mais curto, o mais econômico, o mais social, o mais humano.

Pretendemos no exercício da Liderança do Governo participar de todas as suas decisões, facilitando desta forma o bom encaminhamento e relacionamento com o Plenário deste Parlamento Estadual.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não podemos ficar tão somente adstrito ao campo das Lideranças. Temos o nosso mandato, temos nossa representação popular, que exigem de nós um posicionamento livre e independente, apesar de partidário mas que nos colocar em defesa das reivindicações básicas de nossa sociedade.

É como Deputado Estadual, pois como Líder do PMDB não poderia por estar fora de minha alçada, que me proponho a exercer o mesmo pensamento e atitude em relação ao Governo Federal. Acompanharemos passo a passo as reformas e mudanças apregoadas, principalmente o Pacto Social proposto pelo Doutor Tancredo Neves. E por essa nossa preocupação? Fala-se muito pelos meios de comunicação em pacto social pelo modelo espanhol, pelo modelo inglês, este com a participação sindical, e vários outros modelos. Temos visto que o perigo ninguém está isolado. A importação de sistemas sociais não é a mesma coisa de sistema tecnológicos. Ciências físicas e exatas bõ adentram no consuetudinário. Portanto, o modelo do pacto social há que ser dentro da realidade brasileira, dentro da nossa capacitação econômica e social, pois o trabalhador não mais há o que retirar que não seja agora a paciência.

Acreditamos no soerguimento de nossa Nação, não partindo de homens, como já afirmei inicialmente, mas iniciando de novas idéias, novas filosofias, novos programas, novas metodologias.

A solução brasileira está no caminho político da negociação, tanto no âmbito internacional quanto interno, mas com a participação intensiva de todos os segmentos sociais, de todos os órgãos de classe, de toda a comunidade brasileira.

Só assim, Senhor Presidente, Senhores Deputados, poderemos falar em pacto social, poderemos falar em pacto nacional, pois só assim estaremos reunindo os brasileiros em defesa dos interesses maiores de nossa própria Nação”.

O Sr. Odeni Mongruel - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Eu gostaria de destacar, Deputado Caíto Quintana, acima de tudo, essa proposição que Vossa Excelência traz a este Plenário e que concerne à composição de uma Comissão a nível de Poder Legislativo para poder acompanhar efetivamente a execução das propostas do Governo.

Nós sempre temos batalhado nesta Casa no sentido de que o fortalecimento do Poder Legislativo e a recuperação plena de sua dignidade institucional seja antecedida de um fluxo de informações sem o que nós não poderemos cumprir, sequer razoavelmente os nossos objetivos na Casa e no Poder.

Esta proposição de Vossa Excelência, eu acredito porque o conheço suficientemente, é uma proposição verdadeira, legítima, ela não tem subterfúgios; Vossa Excelência não fala por sofismas, Vossa Excelência é claro nas suas manifestações, e isto reflete o seu estado de espírito que está associado ao conceito e imagem e o respeito que Vossa Excelência goza neste Parlamento, quer na Bancada do seu Partido, quer nas Bancadas oposicionistas com assento nesta Casa.

Mas é preciso, Deputado Caíto Quintana, que, efetivamente, esta Comissão trabalhe num sistema interpartidário em que todos possam receber as informações indispensáveis ao acompanhamento do processo. Vossa Excelência sabe que é muito fácil o Executivo, pelo volume de informações que possui, pelos meios que dispõe em confronto com um Legislativo fraco e desinformado, muitas vezes ocultar a verdade.

Mas, como a proposta é de Vossa Excelência, vejo na sua postura uma marca de liderança que está perfeitamente compatível com este aceno que a Nova República vem fazendo à Nação brasileira. Que Vossa Excelência possa levar a frente essa empreitada, e que nós, do Poder Legislativo, tenhamos, neste instrumento que Vossa Excelência propõe, a efetiva possibilidade de darmos esse cumprimento, acompanhando passo a passo os programas do Governo, e verificando se eles estão perfeitamente coerentes entre a teorização do programa e a sua efetiva execução no campo prático, se esses programas atendem efetivamente aos mais legítimos anseios e aspirações do povo do Paraná, ou até mesmo no que se refere às comunidades regionais assistidas quando for o caso.

Meus parabéns, Deputado Caíto Quintana. Temos desde logo a minha manifestação de aplauso, de solidariedade e o meu desprendimento de somar esforços para que isto aconteça em favor do Poder Legislativo que, em última instância, diz respeito ao interesse maior da sociedade paranaense.

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Eu agradeço pelo aparte,

Deputado Odeni Mongruel, neste pronunciamento, por que sei também de quem vem do espírito que norteia a sua vida pública e da forma como Vossa Excelência se porta neste Poder. Acredito piamente, Deputado, que é por aí o caminho do fortalecimento do Parlamento.

Acredito perfeitamente que nós somos responsáveis pelo fortalecimento do Legislativo. Não implica nisso a diminuição de poderes outros da esfera nacional, estadual e municipal: implica-se sim em fortalecer o Legislativo, o legítimo fiscal em nome do povo.

E é esse o grande debate a que nos propusemos neste ano político de reformas da nossa Constituição, de reformas de conduta, de reformas de mentalidades, de trabalho pelo fortalecimento dessa Nova República. Em determinado momento, Deputado, da vida nacional vai nos exigir um pouco, deixarmos de lado divergências partidárias, siglas de partidos para, todos juntos, darmos uma contribuição à nossa Nação, no fortalecimento de nossas instituições, numa segurança maior da Nação brasileira poder ser livre, soberana, corresponder à vontade popular, aos anseios do Brasil de hoje, principalmente leis adaptadas à realidade do povo brasileiro, leis adaptadas com a nossa realidade.

E se não fortalecermos o Legislativo, se não vermos que esse é o Poder que realmente pode transmitir as aspirações populares de uma Nação que busca o seu caminho, busca a sua auto-afirmação, busca consolidar a sua democracia, então, Deputado, nós é que estaríamos falhando. E eu tenho certeza que nenhum de nós nesta Casa quer falhar nesta hora que a Nação nos chama.

Por isso, eu agradeço o seu aparte na certeza que ele vem de um Deputado preocupado com o cumprimento do seu mandato, mas, mais do que isso, com o fortalecimento do Legislativo no nosso Estado.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — No horário da Liderança, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Paraná assiste, indignado, a nomeação do General da Reserva Ney Aminthas de Barros Braga para a direção da Binacional Itaipu.

Parece que estão aproveitando da enfermidade do Presidente Tancredo Neves para avançar determinados sinais. Sinais claros do continuísmo, da deterioração.

Não podemos esquecer que a eleição de 82 varreu, do mapa político deste Estado, o General Ney Aminthas de Barros Braga. Mas, a estrutura ainda montada da Nova República insiste em desenterrar defuntos da cova do esquecimento.

Se os asseclas do regime militar querem acomodar seus servidores, porque não dar uma Embaixada para o General Ney Braga na Etiópia, por exemplo.

A reação não é isolada de pessoas, mas sim de um Estado que sofreu a sua cota de desmandos e de corrupção. Não são vozes isoladas que se insurgem contra nomeação, mas sim todo um Estado. Os Deputados José Fonseca e Sérgio Spada, companheiros que representam brilhantemente a região de fronteira elevam suas vozes de protestos falando em nome de todos nós paranaenses.

A indicação foi do Senhor Aureliano Chaves, mas

pelo que apuramos, a palavra final, segundo a imprensa, foi de outro General, só que este da ativa, que há 30 anos mantém o Paraguai sob estado de sítio, Senhor Alfredo Stroessner.

Não bastasse a simples indicação de um nome que o Paraná repudia, ainda vem o apoio do maior ditador do Cone Sul, de um sanguinário, fascista, que dá medo, que mantém o Paraguai sob o jugo do medo, da fome e das baionetas.

Realmente, aí está uma dupla impecável. Ney Braga e Alfredo Stroessner.

Pobre Itaipu. Com os bilhões de dólares no orçamento da usina é fácil prever o nível de desmandos que teremos.

É isso, Professor Adhail, eles se entendem. A canalha se junta. O General Ney Braga quer ser o Vice-Rei no Paraná. Quer estabelecer, implantar aqui um governo paralelo. Mas, o Paraná vai opor resistência.

É isso que vemos na Nova Velha República.

Karlos Rischbieter, filho da ditadura, Presidente do IBC; General Ney Braga, aposentado; Camilo Calazans, reconhecidamente um dos maiores corruptos que este Brasil conheceu no IBC, Presidente do Banco do Brasil.

Inclusive, o Senhor Camilo Calazans é "persona não grata" em Londrina pela Câmara de Vereadores, se não me falha a memória, no ano de 1974/1975, proposta do Presidente da ARENA na época, do Vereador Daniel Gonçalves.

Como se nota o 2.º escalão da ditadura assume o 1.º escalão da Nova República.

Mas, este Estado ainda tem um líder. Um líder respaldado pela votação de 1982 e pelas pesquisas, que é José Richa.

Embora não ouvida nas nomeações a nível federal, e se foi ouvido, os homens preferiram ignorar determinados nomes paranaenses. E se não ouviram o Governador, é porque não ouviram o Paraná.

E diante disso tudo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, num quadro que a gente acaba de colocar, só nos resta rezar por Tancredo Neves.

Um homem isolado numa UTI de um hospital que luta contra a morte. A Nação continental é hoje um grande rosário de orações. O pobre e o rico; o preto e o branco; o velho e a criança, numa verdadeira alavanca de muita fé.

É muito difícil prever o que poderá ocorrer se Tancredo Neves não assumir a Presidência da República.

O povo se pergunta nas ruas como fará Sarney para enfrentar os grandes desafios. As greves que estão para explodir; as manifestações de "Diretas-Já", se ele, Sarney, não tem o mínimo de respaldo popular.

Sem Tancredo Neves, teremos dias muito agitados neste País. Um verdadeiro manto de apreensão, de expectativa vai descer sobre este País continental.

Daí a necessidade de equilíbrio, de ponderação e maturidade. E nesta hora vamos olhar o exemplo que vem de uma mulher. Mulher companheira, símbolo de resistência que é Risoleta Neves.

Nele, talvez, a gente encontre força para enfrentar

os próximos dias, uma vez que as notícias que chegam agora, há meia hora atrás, não de que a saúde do Presidente piora a cada momento e que teremos dias efetivamente preocupantes, daqui para frente.

Então, só nos resta nos unirmos a toda a Nação em reza, porque a se concretizar o afastamento definitivo do Sr. Tancredo Neves, este ano de 1985 será um ano muito difícil para o povo e notadamente para a classe política.

Era isso, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Na Hora das Lideranças, concedo a palavra ao Sr. Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê):

“A formação do consórcio internacional para a construção da usina hidrelétrica de Itaipu gerou, naturalmente, demandas no campo social. Entre estas, destaque-se a operacionalização dos serviços educacionais, nos níveis de primeiro e segundo graus, todo entregue pela administração da Binacional, através do General Costa Cavalcanti ao Colégio Anglo Americano, empresa particular, que nem sediada é no Paraná.

À parte as suspeitas e evidências de favorecimentos contidos neste iniciativa, o certo é que o Colégio funcionou durante largo período à margem do sistema estadual de ensino do Estado do Paraná.

É de observar-se que a citada empresa educacional, durante todos estes anos, não realizou investimentos de ordem alguma em Foz do Iguaçu, nem no Paraná. Obviamente, prejuízo não teve, havendo períodos em que o Colégio chegou a atender 13 mil alunos, com a particularidade de que as mensalidades eram descontadas diretamente na folha de pagamento dos funcionários da UNICON e da Itaipu, numa prática de privilégio absolutamente impensável numa sociedade de livre mercado quando se considera que o atraso nas mensalidades e emolumentos é problema difícil para a rede particular de ensino.

Ademais, Senhor Presidente, Senhores Deputados, se prejuízo não teve, investimento não processou, resta concluir que só poderia ter lucros, enviados à matriz da pessoa jurídica de direito privado. Pelas normas de bom senso e em função de acordo anterior, estabeleceu-se que o investimento realizado pela Itaipu no setor educacional reverteria, gradativamente, extinta a clientela, ao setor público, via convênio. E que o aparelho jurídico do setor público seria a Fundação Educacional de Foz do Iguaçu - FUNEFI, criada pela Prefeitura Municipal e mantenedora da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Foz do Iguaçu-FACISA.

Surpresa não haveria se a situação se limitasse ao relatado. Afinal, tratar-se-ia de apenas mais um caso de privilegiamento da iniciativa privada no ensino da política velha conhecida da juventude estudiosa brasileira e de todos os cultores do ensino.

Ocorre que, inopinadamente, a empresa particular Anglo Americano pretende ingressar, via Conselho Federal de Educação, e por grau de competência, solicitando autorização para a criação de instituição de ensino superior particular em Foz do Iguaçu, reivindicando a continuidade de ocupação dos espaços físicos públicos, até agora cedidos gratuitamente a essa empresa.

Em contrapartida, a FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE FOZ DO IGUAÇU enfrenta hoje dias difíceis, reflexo da situação mais geral de crise do ensino no País. A Faculdade reivindica melhor infra-estrutura não só para continuar os cursos atuais, como também para ampliar sua oferta. Do mesmo modo o ensino de primeiro e segundo graus enfrentam dificuldades de infra-estrutura, que exigem respostas imediatas dos poderes públicos estadual e municipal.

Está evidente que a manobra do Anglo Americano procura explorar inteligentemente as facilidades que a legislação atual faculta ao ensino privado. Foz do Iguaçu surge fértil para iniciativa empresarial de lucro fácil, com um mínimo de reversão patrimonial ou investimentos. Só que este movimento esbarra na consciência popular, nos interesses públicos da sociedade iguaçuense, que passa a afirmar cada vez com maior vigor que aquela terra tem dono.

Ao contrário de querer ver duplicados os meios de ensino, de ver nascer o ensino privado elitista, a sociedade iguaçuense exige profundas mudanças na política educacional do País, que garanta condições adequadas e de qualidade no ensino e vagas públicas para todos. E isto choca-se com as intenções evidentes do Anglo Americano que insiste em manter o lucro fácil e com isso sufocar a vida institucional e financeira da Faculdade Municipal de Foz do Iguaçu e de todo o sistema de ensino do município.

Oportuno e justo, por consequência, o pronunciamento do Conselho Estadual de Educação do Paraná, que nas mesmas bases argumenta contrariamente à pretensão do Anglo Americano e eleva suas doughtas considerações ao Ministro da Educação, do Governador do Estado, à Secretaria de Estado da Educação e à direção da Itaipu Binacional, contribuindo assim para que se evite mais este golpe contra o instituto do ensino público em nosso Estado”.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado Sérgio Spada. Ao abordar a temática da educação, fazendo estender-se para o âmbito do Estado e da Nação, lembro-me que a sua região no momento, está sendo duplamente massacrada. Pelas denúncias aí formuladas e postas por Vossa Excelência, e pela indicação do incendiário de livros públicos e do livro didático único, nos idos de 64, o General Ney Aminthas de Barros Braga, hoje indicado para a Itaipu Binacional. E é com tristeza que desde então, vimos a educação decair no Paraná e no Brasil. Os Generais, em Praças Públicas, queimaram Dostoevski e queimaram o livro único. Hoje, o que nós vemos na educação, é a picaretagem didática e a

picaretagem do ensino. Por conseguinte, no advento desta Nova República, é bom que unamos as nossas forças para restaurarmos a dignidade da educação e do ensino neste País. Não podemos, ilustre Deputado Sérgio Spada, continuar a conviver silenciosa e coniventemente, com o assalto ao bolso do trabalhador. Este trabalhador já sacrificado por um salário injusto e nem sempre condizente com a sua dignidade humana, ou correspondente com as suas necessidades. Assaltado pelas editoras, pelos picaretas dos livros, e pelos picaretas da educação. Lembro-me, ilustre Deputado Sérgio Spada, que tempos de antanho, quando onde é hoje o "campus" universitário da Católica, era reivindicado pelo Clero, para se montar ali uma Universidade. Apossaram-se depois de toda área, para assaltar a estudantada que hoje pretende cursar uma Universidade. E estes assaltos, ilustre Deputado, citando apenas este exemplo, poderíamos citar muitos outros exemplos, é apenas para dizer que o silêncio desses 21 anos. Não digo silêncio, porque desses 21 anos, os gritos e gemidos dos torturados, dos que se levantaram, e não se coniviram com esta ditadura, com este regime de exceção; é ainda calado, bem fundo nas nossas almas e nas nossas consciências; quando nos levantávamos, nós, a juventude de 64, de 69, de 70 e até de 82, nas urnas, nós nos levantávamos para dizer que esta Nação, como Foz do Iguaçu, tem dono, esta Nação é nossa e o ensino é o caminho para realmente concientizarmos a juventude, para que o Brasil seja realmente dos brasileiros, como dizia o grande índio, proprietário desta terra!

Ilustre Deputado Sérgio Spada, solidarizo-me com seu pronunciamento, porque tenho a certeza de que a sociedade de Foz do Iguaçu não vai convir com a picaretagem dos que pretendem explorar a juventude que busca a evolução e que só se alcança através da cultura.

Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO SPADA — Agradeço o aparte, e obviamente concordamos que a solução para o problema do ensino, no Brasil, passa por uma profunda reforma e nesse sentido, acredito, virá com o advento da Nova República.

Mas, neste momento, estou denunciando uma manobra da alta cúpula, do antigo regime, ainda, a Velha República, o Sr. Costa Cavalcanti com o dono desta empresa Anglo Americana, uma empresa que atua nesta área, de ensino, que querem fazer desta manobra um alto negócio, um lucrativo negócio, com conseqüências funestas para o ensino de Foz do Iguaçu, e gostaria de dizer que lá temos uma Fundação Educacional, que bem ou mal está sobrevivendo com dignidade, mantida com o apoio e com os recursos da comunidade posta que hoje se encontra no Conselho Federal de Educação certamente aniquilará aquela nossa Fundação Educacional, que, como falei, vem dando conta do recado, mas querem fazer, como já fizeram deste Brasil, do ensino uma fonte de renda, de grandes lucros, e é isso que está prestes a acontecer em Foz do Iguaçu se os governos de hoje, o Conselho Federal da Educação, o Ministro da Educação, não forem sensíveis para este nosso apelo.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Encerrado o Horário da Liderança do PMDB, consulto à Frente Liberal se fará uso do Horário que lhe é reservado.

Com a palavra, o Sr. Deputado Ivan Gubert, no Horário da Frente Liberal.

O SR. IVAN GUBERT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna desta Casa, hoje, no Horário da Liderança do Partido da Frente Liberal, para trazer ao conhecimento dos Senhores, dois fatos que reputo de suma importância e são, sem dúvida, exemplos de desserviços à administração pública.

O primeiro deles, refere-se ao Município de Santana de Itararé, mais especificamente o hospital daquela localidade. No mês de setembro de 1984, o Prefeito Municipal, José Pereira Neto, recebeu o seguinte telegrama:

"Sr. Prefeito:—

O Governador José Richa, atendendo solicitação nossa, liberou verba de dez milhões de cruzeiros para o Hospital de Santana do Itararé.

Deputado Santinho Furtado.

Brasília, 29 de setembro de 1984".

Feliz da vida com o auxílio, aguardou o dinheiro o Prefeito, que o mesmo chegasse à Prefeitura, para aplicá-la nas obras do hospital, que iria iniciar. Passado algum tempo, nada tendo chegado, procurou a Casa Civil do Governo, que informou que a remessa havia sido feita e encontrava-se no Diretório Municipal daquela cidade que faria o repasse.

Pois bem, Srs. Deputados, isto não ocorreu até hoje, lá se vão mais de seis meses, e o dinheiro ainda está lá em Santana, sabe-se lá nas mãos de quem, na conta de quem, e a construção do hospital necessitando de recursos ...

Srs. Deputados, o Hospital de Santana do Itararé está em fase de construção, os recursos para a obra são provenientes do PRAM e a previsão de conclusão dos serviços é de 120 dias, a fase aguda e a obra necessitam de recursos.

Por que, Srs. Deputados, prejudicar-se toda uma obra que atenderá toda uma cidade? Por motivos políticos? Sim! Motivos políticos, pois o Prefeito José Pereira Neto é de outro partido que não o PMDB e por isso o Diretório Municipal não quer efetuar o repasse dos recursos!

Apelo aos Srs. Deputados do PMDB, aqui representados na pessoa do Deputado Tadeu Lúcio Machado, que peçam que o dinheiro seja repassado a quem de direito, pois o hospital tem que ser concluído, e as necessidades da população estão acima de quaisquer divergências políticas.

Concedo aparte ao nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Lamento profundamente que o nobre Deputado Ivan Gubert não esteja bem

informado da situação do Hospital de Santana do Itararé. E para esclarecer o nobre Deputado que está na tribuna, peço licença para fazer um relato rápido da situação: o presidente do Diretório Municipal do PMDB de Santana do Itararé, Sr. Messias de Souza, foi quem encabeçou o movimento para construção do Hospital em Santana do Itararé. E, para que Vossa Excelência tenha ciência, o terreno aonde está sendo edificada esta obra é, inclusive, doação própria do Presidente do Diretório Municipal.

As obras até agora realizadas, foram realizadas graças à campanha desenvolvida pelo próprio cidadão que é presidente do Diretório Municipal do PMDB.

E o que agrava mais a situação é que o Sr. Prefeito de Santana do Itararé não concorda com o fato de que o presidente do Diretório Municipal que constituiu uma sociedade filantrópica com o motivo de construção, manutenção e direção desse hospital, tenha agido dessa forma.

O Sr. Prefeito de Santana do Itararé, na realidade não quer, efetivamente, a construção do hospital. O que ele quer é que não fique sob a responsabilidade do presidente do Diretório, que, agora, não entra mais como presidente do Diretório Municipal do PMDB, e, sim, como presidente de uma sociedade filantrópica, devidamente registrada e declarada de utilidade pública a nível municipal, e registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

Portanto, lamento profundamente a falta de informações e dizer que o Prefeito daquele município não tem outro motivo senão tentar ter rendimentos políticos. Os dez milhões foram repassados àquela entidade e aplicados efetivamente na obra.

O SR. IVAN GUBERT — Agradeço o aparte e só gostaria de retificar: a falta de informações é do nobre Deputado. Em primeiro lugar, que foi o presidente do PMDB quem iniciou o movimento, concordo. O dinheiro não foi aplicado, nobre Deputado. Está no Banco do Estado do Paraná aplicado em operação de "over night" há 15 dias atrás, com valor de treze milhões e pouco.

Em terceiro lugar, nobre Deputado, a própria Casa Civil, segundo informações do subchefe, ontem, informou que solicitou ao Presidente do PMDB que fizesse esse repasse ao hospital, de vez que o hospital está sendo construído com recursos do PRAM e o PRAM, conforme Vossa Excelência bem sabe, é um programa efetuado em conjunto com a Prefeitura Municipal. Logo, esse dinheiro deve ser repassado à Prefeitura Municipal para aplicação na obra.

E para explicar, nobre Deputado, que eu não estou mal informado como Vossa Excelência acabou de dizer.

Mas, vamos ao segundo ponto, o segundo assunto que se refere à educação.

Conhecem os Srs. Deputados, sem dúvida, a FAE — Fundação de Assistência ao Educando, órgão vinculado ao Ministério da Educação.

Pois bem.

Esta Fundação iniciou há algum tempo atrás, um

programa denominado "SALA DE LEITURA". Trata-se de uma tentativa de fazer com que as crianças, os jovens, acostumem-se com o hábito da leitura, porém, usando uma técnica um pouco diversa daquela das Bibliotecas Públicas.

Pretende o programa "SALA DE LEITURA" fazer com que sejam lidas obras da atualidade, como jornais e revistas, que são distribuídos através das Secretarias da Educação a escolas em todos os níveis.

A Secretaria de Estado da Educação do Paraná também foi beneficiada dentro desse programa. Um setor técnico seu efetuou a escolha das revistas e jornais, fazendo, posteriormente, a indicação de quantidades para a FAE bem como dos veículos que pretendia fossem adquiridos.

Até aqui, tudo bem.

Porém, na escolha e indicação, alguns números realmente chamam a atenção, e, por isso, estou levando ao conhecimento público o fato, pois gostaria de ter uma explicação: entre os jornais selecionados pela SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ está o "Correio de Notícias", diário curitibano de reconhecida qualidade informativa e que não poderia deixar de constar em programa algum onde o objeto fosse a aquisição de veículos informativos para os jovens de nossas escolas. O que é de se estranhar, também, Srs. Deputados, é o número de jornais adquiridos em cada edição diária, 2.870. Sim, 2.879, só de jornais "Correio de Notícias". Aqui, Srs. Deputados, é que reside minha grande dúvida. Se são comprados, diariamente, 2.870 "Correio de Notícias", quantos jornais são comprados dos editados pela "Gazeta do Povo", "Jornal do Estado", "Estado do Paraná", "Tribuna do Paraná", "Diário Popular", "Folha de Curitiba", "Indústria e Comércio", para citar só os de Curitiba. Se se comprasse na mesma proporção do "Correio de Notícias", somente os jornais editados em Curitiba, seriam aproximadamente 20 mil exemplares adquiridos diariamente. E vejam, não estou computando jornais da representatividade estadual editados no interior, como "Folha de Londrina", "Diário de Maringá", "O Paraná de Cascavel", "Jornal da Manhã", e "Diário dos Campos de Ponta Grossa", dentre outros.

Mas, Srs. Deputados, voltando ao que realmente deve ser explicado, deixo algumas perguntas que gostaria que a Secretaria da Educação me respondesse.

Quantos são os exemplares realmente comprados em casa de jornal? Para onde vão esses exemplares? Qual o critério-utilizado para compra? Qual o critério utilizado para distribuição?

Vejam bem, não estou fazendo uma denúncia, estou levando ao conhecimento público, um fato que tomei conhecimento e espero que tenha uma boa explicação.

Nada tenho contra a Secretária da Educação, nem contra a sua Secretaria, nem contra a compra dos jornais. Sei da importância do programa estabelecido pela FAE, e da necessidade de se criar o hábito da leitura de jornais e revistas. O que quero são explicações, somente explicações, com a palavra da Secretária da Educação.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Continua o horário da Liderança da Frente Liberal.

O SR. IVAN GUBERT — Declinamos.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra à Liderança do PDS.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Entre as solicitações da Bancada do Partido Democrático Social a esta Casa, em data de hoje, devo ressaltar a solicitação que a bancada formulou, no sentido de que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná encaminhe telex ao Instituto do Coração, em São Paulo, fazendo, agora, formalmente, aquilo que o Paraná inteiro e os brasileiros deste Estado vêm fazendo, apresentando votos de pleno restabelecimento ao Presidente Tancredo Neves.

O Sr. Ezequias Losso — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Com muito prazer, nobre Deputado, na sequência.

Tal atitude, Sr. Presidente, da Bancada da Oposição desta Casa, quer significar, sobretudo, que há momentos na vida política nacional, ou na vida partidária, que as divergências devem se calar, que as questões políticas-partidárias devem ceder lugar ao sentimento de emoção, de tristeza, que todos os brasileiros têm pelo sofrimento e pelo sacrifício a que está submetido o Presidente Tancredo Neves.

Nós políticos, que sabemos e que vivemos na própria carne, o quanto muitas vezes é difícil fazer política, o quanto o político é às vezes mal compreendido o quanto o político sofre, o quanto o político precisa às vezes subordinar-se às pressões legítimas da sua grei partidária, e as ilegítimas das oportunidades de última hora. Nós, os políticos temos autoridade, pelo sofrimento que cada um carrega. Neste momento, independentemente de posição política partidária, oferecer a nossa fraterna, a nossa total solidariedade ao Sr. Tancredo Neves, e a sua família, fazendo votos a Deus para que Sua Excelência possa se restabelecer e dirigir os planos que tem para fazer deste País, a Nova República, de justiça, de liberdade, de fraternidade, que todos os brasileiros aspiram.

Concedo o aparte ao Deputado Ezequias Losso.

O Sr. Ezequias Losso — Nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira,

Vossa Excelência mais uma vez, vem corresponder da tribuna, ao ponto de vista dos integrantes da Bancada do PDS, mercê da sensibilidade sempre demonstrada por Vossa Excelência, o Presidente Tancredo Neves representa a esperança do povo brasileiro, na solução dos magnos problemas que estão a fligir já por diversos anos.

Que a presença de Sua Excelência no comando da máquina administrativa e da política da nossa Pátria, com o respaldo popular se constituirá em uma natural forma de serem equacionados problemas que estão, não apenas na antiga etapa governamental, mas também na nova etapa governamental, a preocupar a todos nós.

Receba, portanto, Vossa Excelência a solidariedade deste Deputado, e acredito, que correspondo ao ponto de vista também de todos os Srs. Deputados com assento nesta Casa Legislativa.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Agradeço a Vossa

Excelência que inclusive demonstra no aparte que solicitou, toda sensibilidade cristã pela dor, de um ilustre brasileiro.

Concedo o aparte ao Deputado Odeni Mongruel.

O Sr. Odeni Mongruel — Agradeço o aparte que Vossa

Excelência me concede e saliento, inicialmente, que tenho o prazer e a satisfação de usar da palavra nesse instante também em nome do companheiro combativo, Deputado Erondy Silvério, que em virtude de estar afônico neste instante, não tem condições, de expressar de viva voz, o seu pensamento, e o seu sentimento face à matéria que Vossa Excelência...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Já que Vossa Excelência me permitiu, o Deputado Erondy Silvério, foi velho companheiro de lutas partidárias no antigo Partido Democrático Social, do Presidente Tancredo Neves.

O Sr. Odeni Mongruel — Gostaria, prosseguindo, Deputado Luiz

Alberto, de externar do fundo da alma, o meu desejo e o nosso desejo para que o Presidente Tancredo Neves se reencontre em pleno gozo de sua saúde; e que seja ele o alvo das orações, do apelo aos céus de 130 milhões de brasileiros, que apreensivos com a debilidade física e orgânica do Presidente eleito, oram, fazem agora o que podem, oram para que essa recuperação venha, e possa Sua Excelência, exercício da Presidência da República dar cumprimento aos ideais, e aos propósitos preconizados pela Nova República.

Mas, gostaria de fazer aqui uma observação: parece-me que o momento é muito importante para esse tipo de observação, para que todos nós, Deputados, indistintamente de bancada com assento nesta Casa, reflitamos a propósito deste momento nacional. Indiscutível que a carência de líderes, compatíveis com o momento histórico da vida do País levou o povo brasileiro, que é bom, e que é emotivo, a uma absoluta descrença quanto ao futuro, e ao descrédito aos homens públicos.

Ora, não há esquema de proposta de ação política e de trabalho que resulte em aspectos concretos, positivos e desejáveis, quando não há confiança e credibilidade nos executores do programa.

Portanto, é indispensável a contra partida do povo e de regiões contempladas com recursos e com intervenções governamentais, sem o quê, os problemas característicos, os problemas próprios, os problemas pertinentes ao quadro complexo do subdesenvolvimento, não serão resolvidos.

E veja bem Vossa Excelência, a figura de Tancredo Neves atingiu o mais alto estágio de aceitabilidade neste País. Não há outro momento histórico e nem uma outra personagem histórica, que tenha ganho, a tamanha intensidade que ganhou esse populismo moderno, tecnológico promovido pelos veículos de comunicação social, na construção desta imagem do Presidente Tancredo Neves.

Eu alinhavava alguns pontos aqui, que me parecem ser da maior importância para que reflitamos. Veja bem, Vossa Excelência, as forças deste País, que se engajaram no processo sucessório presidencial, que deram, que ofereceram o seu apoio à figura do Presidente Tancredo Neves, estavam realmente esperançosos que Sua Excelência no exercício da Presidência cumprisse os mais altos desígnios da Nação, mas, que abrigasse também os interesses desses diferentes grupos, segmentos, entidades de classes que se engajaram efetivamente no processo

eleitoral.

Por exemplo, os grandes empresários aguardam mais do que nunca, Deputado Luiz Alberto, receber o que têm haver, na imensa dívida interna deste País. Tudo aquilo que os órgãos governamentais e as empresas estatais lançaram mão no mercado Interno, e que por motivos sobejamente conhecidos, não conseguiram pagar a conta, fez com que esse grande empresariado se engajassem na campanha, e por certo, exigisse compromissos do novo Presidente, no sentido de agora, durante a Nova República, recompor os seus caixas.

Um outro aspecto, Deputado Luiz Alberto, a postura de Prefeitos Municipais, de Governadores de Estado, que se engajaram amplamente, publicamente, através das grandes concentrações públicas, através de aparições diárias, no rádio, na televisão, nos jornais, emprestando o seu apoio à eleição do Presidente Tancredo Neves, esperam também da Nova República, além do cumprimento dos seus desígnios, o atendimento sob a forma de recursos financeiros, a contemplar, a cada Prefeito e a cada Governador, pelo apoio emprestado na campanha sucessória à Presidência da República.

Ora, se governantes, e se empresários estão aguardando também também a sua parte, o que poderíamos esperar em entender? Nada mais justo do que, os grupos sociais mais desfavorecidos, os grupos sociais mais injustiçados, a classe trabalhadora, de um modo geral, ficasse também a guardar, na posse do Presidente Tancredo Neves, e em pleno gozo da Nova República, o cumprimento das promessas de campanha no sentido de que, os salários aviltados, as defasagens provocadas nas correções salariais, por força de uma política econômica, realmente contundente, fossem agora corrigidos.

E nós temos aí, três ingredientes da maior importância, que poderão compor uma fórmula explosiva, caso não sejam eles suficientemente atendidos.

Apenas estou colocando estes pontos. Não quero mais tomar o tempo de Vossa Excelência, porque sei, que Vossa Excelência tem um importante discurso a fazer, na tarde de hoje, mas, eu registro aqui, da minha preocupação, e da preocupação do eminente Deputado, Erondy Silvério, alinhavando estes três pontos, até que, para Vossa Excelência, se assim entender, fale sobre eles, porque não me resta outra postura neste instante, do que voltar o meu pensamento a Deus e pedir para que recupere o Presidente Tancredo Neves, porque somente um homem como ele, homem construído na imagem do povo através dos veículos de comunicação social a lhe emprestar superpoderes, quem sabe até, nobre Deputado, Luiz Alberto, não esteja até, esse trabalho imenso da imprensa brasileira, a fazer com que o subconsciente do Sr. Presidente da República acabe prejudicando a sua própria recuperação, porque, homem lúcido, consciente e capaz como é Tancredo Neves, no leito de hospital, e nesse clima de empolgamento, de entusiasmo e de excitação que toma conta do povo brasileiro, já previu que, na posse e no exercício da função, sem dúvida alguma disporá de superpoderes e não corresponderá à imensa expectativa da Nação brasileira.

Praza aos céus de que o Presidente Tancredo, mesmo assim, recupere a sua saúde, assuma a Presidência da República e comece, e dê início à Nova República em que situacionistas e oposicionistas de hoje crêem, porque a proposta parte de um homem público que tem credibilidade, respeito público e capacidade suficiente para fazer com que este País, vencendo as maiores dificuldades, reencontre o seu caminho e alcance o destino de glória que todos nós, indistintamente, desejamos para o Brasil!

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA – Não há dúvida.

O Sr. Antônio Belinati – Vossa Excelência permite um aparte? – (Assentimento)

Nobre Líder Luiz Alberto Oliveira, para Deus nada é impossível. Já tive um problema na família, com a minha própria mãe, que esteve com a saúde muito debilitada, e pela graça de Deus ela se recuperou, mas nós sabemos que a recuperação do Presidente Tancredo Neves só poderá ocorrer efetivamente pela graça de Deus, pela obra, pelas mãos do nosso Deus, do nosso Criador – é essa a nossa torcida, é essa a nossa oração diária, porque de fato, o Brasil está carente de um Tancredo Neves na Presidência da República.

Eu só lamento, nobre líder, que algumas autoridades às vezes sejam infelizes quando se pronunciam a respeito de Tancredo Neves – o Governador José Richa foi infeliz, e a Rede Globo deve ter a fita, no arquivo, quando, falando em Tancredo Neves, ele colocava tudo no passado “ Tancredo Neves foi... foi... foi um liberal”. Para quem perdeu o início da notícia, isto na semana passada, quem se atrasou para ver o noticiário da Rede Globo, tinha a impressão que Tancredo Neves já havia morrido, isto, pela colocação de José Richa, dizendo que “Tancredo foi...”, e o próprio avião do Governador José Richa, colocado de prontidão, no aeroporto, para ele poder ir ao enterro de Tancredo Neves – pelo menos teve jornal em Curitiba que noticiou isto ontem, Vossa Excelência deve ter tomado conhecimento de que o Governador de Minas Gerais, o Governador Garcia, de Minas Gerais, atribuiu o agravamento do estado de saúde do Presidente Tancredo Neves, às pressões que Tancredo recebia na formação do seu Ministério, o Governador de Minas foi taxativo, dizendo que, se não tivesse tido tanta pressão na cabeça de Tancredo Neves, ele estaria agora, com certeza, com todo o seu vigor, com a sua saúde, exercendo a Presidência da República, e uma das pessoas que foi lá brigar e pressionar Tancredo Neves, foi o Governador José Richa, então, pela boca, pelas palavras do Governador de Minas Gerais, aqueles que pressionaram Tancredo – como o Governador José Richa, contribuíram decisivamente para que Tancredo Neves esteja agora à beira da morte.

O Sr. Cafto Quintana – Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Deputado Luiz Alberto Oliveira.

Quero, inicialmente, congratular-me com Vossa Excelência, pelo pronunciamento que faz nesta Casa, quando, como Líder de um Partido, como Parlamentar e principalmente como brasileiro, transmite o pensamento unânime da Nação, na preocupação com o estado de saúde do Dr. Tancredo Neves, como pessoa humana, mas principalmente pela doença do Presidente da República, que simboliza, neste instante, a direção maior de todos nós.

Lamento, Deputado, nesse aparte que gostaria de ficar exclusivamente valorizando a sua presença na tribuna, ter que estranhar e mostrar o descontentamento da Bancada do PMDB, como acredito de muitos que estão nesta Casa, de qualquer bancada, com exercício mental, lamentável, do Deputado que anteriormente lhe apartou, Deputado por Londrina, da mesma cidade do Governador, Deputado

que pode ter as suas razões pessoais para não gostar do Governador, mas não pode, num momento em que todos nós, preocupados com assuntos constitucionais, sérios, desta Nação, tentar em exercício mental justificar a doença do Presidente Tancredo Neves, com pressões políticas.

Nunca ouvi falar que pressão política venha gerar diverticulite. Os médicos estão cansados de expor as razões físicas.

Ora, senhores, e querer, na sequência, fazer do Governador José Richa o responsável pela doença do eminente político Tancredo Neves. É lamentável. Acho que este Plenário deveria tratar assuntos mais sérios nesse momento, para que o respeito mútuo para o engrandecimento do Legislativo, nessa hora que se busca as suas prerrogativas.

Mas de Vossa Excelência, Deputado, meus parabéns pelo seu posicionamento, que é um posicionamento de brasileiro.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Concedo aparte ao Deputado Antonio Belinati.

O Sr. Antônio Belinati — Só para lembrar ao ilustre Líder Caíto Quintana, a quem respeitamos muito, que a declaração do Governador de Minas está publicada em jornais de todo o País. Ele não citou nomes, mas a sua entrevista teve amplo destaque na imprensa nacional.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Creio que Tancredo é um exemplo do político brasileiro. Sua vida toda demonstra a vitalidade com que acreditou na democracia e a possibilidade que tem, no exercício da Presidência da República, de reescrever a história política deste País, fazendo justiça, inclusive aos políticos que atuam nos diversos partidos políticos.

Conheço muito bem o posicionamento de cada um dos políticos desta Casa. Conheço a luta e o valor do Deputado Antonio Belinati, conheço a luta do Deputado Caíto Quintana, e sei que no entrevero político deste Plenário, o que deve prevalecer sobretudo nesta Casa de políticos, é o apoio ao político, como tem sido, ao longo de sua vida, Tancredo Neves e eu, Sr. Presidente, Srs. parlamentares, tenho autoridade pessoal para dizer isso, porque enquanto muitos que estão em cargos de Liderança no PMDB, no passado eram áulicos dos militares, sempre defendi, em quaisquer circunstâncias, o apoio e o prestígio aos políticos que fazem da política a ciência e a arte de servir ao povo. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 37 Srs. Deputados.

A Mesa, com base na Resolução 2/71, abre prazo por três sessões, por três dias consecutivos, a contar do dia 11 do corrente mês, para oferecimento de Emendas à Proposição 64/85, Proposta de Emenda da Constituição do

Estado, de autoria do Sr. Deputado Roberto Requião.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente. Necessita de apoio. —

Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs.

Deputados:

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 123/84, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que autoriza contagem de tempo de serviço prestado ao Plano Nacional de Educação do Paraná - GEPLANAPAR, pelos Professores Estaduais, conforme especifica. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade. — Aprovado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — (Pela Ordem)
Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. ANTONIO BELINATI — (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) A Mesa defere e irá proceder a chamada nominal dos Srs. Deputados.
(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).
30 Srs. Deputados responderam à chamada.
Há quorum para votação. Em votação. — Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 277/84, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que declara de Utilidade Pública a UNIÃO ESPÍRITA PAZ, AMOR E CARIDADE, com sede e foro no Município de Goioerê. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 289/84, de autoria do Deputado TADEU FRANÇA, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO RODOVIÁRIA DO PARANÁ, com sede nesta Capital. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado. (Public. no D.A. 117/84, de 07/11/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 289/84 PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Tadeu França, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO RODOVIÁRIA DO PARANÁ, com sede e foro nesta Capital.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente à matéria — Lei n.º 6994, de 10/01/78, inexistindo, portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua Aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 20 de novembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR – Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO – Relator

1.^a DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 22/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 64/85), que autoriza abertura de Crédito Especial, alterando os orçamentos das Secretarias de Estado da Administração e Extraordinária para Assuntos de Comunicação Social, no valor de Cr\$ 501.000.000 e 11.000.000, respectivamente. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Em Regime de Urgência. (Publicado no D.A. n.º 18, de 26/03/85, Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 22/85

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental número 64/85, o Projeto de Lei n.º 22/85, objetiva autorizar abertura de crédito especial alterando os orçamentos das Secretarias de Estado da Administração e Extraordinária para Assuntos de Comunicação Social.

O crédito especial proposto, tem por finalidade a abertura do elemento – Aquisição de Imóveis, no orçamento da Secretaria de Estado da Administração e do subelemento – Salário-Família no orçamento da Secretaria de Estado Extraordinária para Assuntos de Comunicação Social, tendo, sua cobertura, proveniente de cancelamentos parciais de dotações próprias dos Órgãos.

Tem-se que a matéria, indiscutivelmente, é de iniciativa do Senhor Governador do Estado, incluída que está entre as de competência atribuída pelo Art. 47 da Constituição Estadual.

Ainda, no que cabe a esta Comissão examinar, não encontramos qualquer óbice de natureza constitucional, legal ou regimental que impeça a tramitação da matéria.

Neste sentido, manifestamos o nosso parecer favorável opinando-se pela aprovação.

Sala das Comissões, em 27 de março de 1985.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR – Presidente

HERMAS BRANDÃO – Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N.º 22/85

PARECER:

A intenção do projeto de lei em exame, oriundo da Mensagem Governamental 64/85, é a de abrir crédito especial aos orçamentos das Secretarias de Estado da Administração e Extraordinária para Assuntos de Comunicação Social, com a finalidade de aquisição de imóveis e salário-família, respectivamente.

Conforme se pode depreender do Art. 2.º do referido projeto e do próprio corpo da Mensagem, os recursos serão provenientes de cancelamentos parciais de dotações dos próprios Órgãos, não havendo, portanto, óbices de quaisquer natureza com respeito à matéria.

Sendo assim, achamos oportuno manifestar nosso

parecer favorável à aprovação do referido projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 28 de março de 1985.

(aa) ERVIN BONKOSKI – Presidente;

DIRCEU MANFRINATO – Relator.

Em discussão.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – (Anibal Khury) Com a palavra para discutir o Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA – Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esta Casa votará agora, em 1.^a discussão, o projeto de lei de autoria governamental que autoriza abertura de crédito especial, alterando os orçamentos das Secretarias de Estado da Administração e Extraordinária para Assuntos de Comunicação Social nos valores de 501 milhões e mais 11 milhões de cruzeiros, respectivamente.

Este projeto, em regime de urgência, foi analisado pela Comissão de Constituição e Justiça que afirma nada a ter a opor com relação a sua juridicidade e a sua constitucionalidade. E com relação à Comissão de Finanças, também manifesta-se favoravelmente tendo em vista que os recursos serão do cancelamento parcial de dotações de órgãos de orçamento próprio.

Entretanto, manifesto, Sr. Presidente, que votarei favoravelmente ao projeto; porque em primeira votação se discute exatamente a sua legalidade e a sua juridicidade. Voto favoravelmente.

Mas, desejo manifestar a minha estranheza com relação à tamanha incompetência governamental. Pela vez primeira, ao longo de dez anos que estou nesta Casa, vejo já no início do ano, no mês de março ou no princípio do mês de abril, ter Sua Excelência, o Governador do Estado, que remeter projeto de lei à esta Casa para alterar um orçamento que ele sequer começou a usar. Porque sabemos que a máquina administrativa no Estado do Paraná, ou em outros Estados da Federação, na verdade, começam a funcionar com a liberação dos recursos, às diversas Secretarias, a partir do mês de março.

Voto favoravelmente sob o aspecto da legalidade, da constitucionalidade, porque com relação a isto não há nada que opor. Recebi informações inclusive da Assessoria do Governo nesta Casa, que se tratam de recursos para o pagamento de terrenos adquiridos pelo Governo do Estado junto à Rede Ferroviária Federal.

Mas, lamento, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, que este Governo peemedebista seja tão incompetente, ao ponto de no início dos trabalhos eles tenham que remeter, à esta Casa, um projeto desta natureza, misturando na mensagem governamental dinheiro para aquisição de imóvel e dinheiro para o pagamento de contribuições legais para os servidores da Secretaria Extraordinária de Comunicação Social. Esta mesma Secretaria que vai precisar explicar ao Paraná quanto foi gasto na produção, na gravação e na veiculação do programa de prestação de contas do Governador José Richa, pois que, segundo informações, mais de um bilhão de cruzeiros foram gastos pela Secretaria Extraordinária de Comunicação Social para produzir o programa do Sr. Governador José Richa. Isto é, para que pudessem fazer aqueles filmezinhas dizendo

que estava havendo mais água no Paraná. Para que o Governador do Estado pudesse dizer, num dia, que fez 1700 Km. de estradas asfaltadas e no dia seguinte, na continuação de seu programa, ele falasse 1400. Ou num programa onde o Governador do Estado afirma, pela televisão, que construiu 440 postos de saúde no Paraná. Quando na mensagem que encaminhou à esta Casa, para respeitar o mandamento constitucional, é o próprio Governador José Richa que afirma e assina em baixo: que somente 15 postos de saúde foram construídos ao longo de 1983.

Por isto, num Governo que na televisão diz uma coisa e na mensagem à Assembléia diz outra, não é de se estranhar que precise, logo no início do ano orçamentário, mandar uma mensagem que, na verdade, significa uma falta de competência administrativa e até um desrespeito para com o orçamento do povo paranaense e para com esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Continua em discussão. Em votação. **Aprovado.**

DISCUSSÃO ÚNICA - Da proposição n.º 229/84, VETO aposto ao Projeto de Lei n.º 260/84, de autoria do Deputado EDUARDO BAGGIO, que prorroga até 15/03/87, o prazo previsto no Art. 137 da Lei n.º 7.051, de 04/12/78, que estipulou o prazo de 06 anos para que os cargos de provimento em comissão pudessem ser ocupados também por funcionários integrantes de classes AF-2 e AF-3, conforme especifica. Com PARECER da C.C.J., pela manutenção do VETO.

Of. n.º DTL/207/84.

Curitiba, 07 de dezembro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n.º 214/84, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o art. 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1.º, do art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n.º 260/84, por julgá-lo contrário ao interesse do Estado em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre a prorrogação, até 15 de março de 1987, do prazo para provimento de cargos comissionados da Coordenação da Receita do Estado - CRE, na forma do art. 137, da Lei n.º 7051, de 04 de dezembro de 1978.

A negativa de sanção ao Plano de Lei em exame decorre de pronunciamento da Secretaria de Estado das Finanças, contrário à medida, e cujos termos são adiante transcritos:

"A Lei n.º 7.051, de 04 de dezembro de 1978, estabeleceu em seu artigo 10, § 1.º, que os cargos em comissão da estrutura da CRE, exceto o de Diretor e de Consultores Técnicos, só podem ser providos por Agente Fiscal.

Tal medida, teve como objetivo precípua a profissionalização dos cargos diretivos da CRE, bem como

estimulá-los ao aperfeiçoamento através da busca de um curso superior. Todavia, a fim de que tal situação pudesse ser concretizada, sem prejuízo de funcionários que não eram portadores de grau universitário, permitiu, a mencionada lei, em seu artigo 137, em caráter excepcional, a designação para cargos comissionados de Agentes Fiscais AF-2 e AF-3, durante o prazo de 6 (seis) anos, suficiente a uma formação técnico-profissional.

O prazo estabelecido pelo artigo 137, vence dia 06 do corrente mês e a situação se configura da seguinte forma:

a) - Nenhum ocupante de cargo de Agente Fiscal AF-3 exerce cargo em comissão;

b) - 12 (doze) ocupantes de cargo de Agente Fiscal AF-2, estão no exercício de cargo em comissão, os quais, no período compreendido entre 1978/1984, estiveram lotados em órgãos da CRE situados na Capital ou cidades com estrutura escolar de 3.º grau.

Desta forma, entendeu a Administração na época como de fundamental importância o princípio da profissionalização estabelecido pelo artigo 10 § 1.º da Lei n.º 7.051/78 e também o estímulo por ele criado fazendo com que a grande maioria dos Agentes Fiscais, muito embora com sacrifícios, buscasse a conclusão de Curso Superior, o que veio a elevar significativamente a qualidade dos servidores fisco-arrecadadores, no interesse exclusivo da própria Administração, até porque os 12 (doze) ocupantes dos aludidos cargos em comissão temporal, tendo, portanto, assegurado o direito de se aposentarem com as vantagens decorrentes de tais cargos em comissão.

Por esses motivos a prorrogação da excepcionalidade contida no artigo 137 da Lei n.º 7.051/78, proposta através do presente Projeto de Lei, se sancionada pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, viria beneficiar tão somente 12 (doze) servidores. São essas razões pelas quais entendemos que o presente projeto de lei deva ser vetado".

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado.

(Projeto de lei vetado public. no D.A. n.º 98/84, de 03/10/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO N.º 229/84

PARECER:

A presente Proposição é oriunda de veto aposto ao Projeto de Lei n.º 260/84 de autoria do nobre Deputado Eduardo Baggio.

Analisando-se a matéria nos termos regimentais e constitucionais, a que é chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, temos que:

I - O veto foi apostado dentro do prazo constitucional, conforme o estabelecido no art. 28 da Constituição Estadual, e

II - As razões do veto estão fundamentados na detalhada exposição de motivos que consta do ofício nº DTL/207/84 - através do qual Sua Excelência o Senhor Governador do Estado comunica a esta Casa o veto.

Nestas condições o nosso parecer é no sentido de que a Proposição está em condições de ser apreciada pelo Plenário, opinando-se pela manutenção do veto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de março de 1985.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente;
EDMAR LUIZ COSTA - Relator.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está em votação o Projeto de Lei 260/84.

O SR. EDUARDO BAGGIO - (Pela Ordem) - Gostaria que esta Presidência anotasse o meu voto contrário ao veto da Proposição 229/84.

O SR. PRESIDENTE - Será devidamente anotado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - (Pela Ordem) - Não ouvi quando Vossa Excelência, após a proposição em discussão, não fez para encaminhar a votação.

Mas, solicito a palavra para registrar talvez uma curiosidade.

Em todos estes vetos apostos ao projeto de lei aprovados pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, estes projetos todos têm sido aprovados com pareceres favoráveis da CCJ.

E ao mesmo tempo o veto tem o mesmo parecer da CCJ.

É de estranhar no meu modo modesto de entender este duplo entendimento da CCJ deste Poder.

O SR. PRESIDENTE - Em votação o projeto.

O SR. IVAN GUBERT - (Para encaminhar) - Só para posicionar o voto do PFL que votará contrariamente ao veto apostado.

E para dizer em resposta ao Deputado Osvaldo Alencar que a CCJ quando opina a respeito dos vetos, ela opina sobre as constitucionalidades, sobre o prazo ou não e nada tem a ver com a matéria em si.

É por esta razão que muitas vezes nós temos pareceres sobre a mesma matéria que parecem ser divergentes e não são.

Então, eu queria colocar a posição do PFL que é contrário ao veto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Srs. Deputados que aprovam o projeto, queiram conservar-se como estão.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Para encaminhar) -

Sr. Presidente, trata-se de um projeto de lei de autoria do eminente Deputado Eduardo Baggio que recorde contou com o apoio unânime desta Casa e Sua Excelência o Senhor Governador José Richa na razão do veto, alega que veta por informação da Secretaria das Finanças.

Não alegou, Sr. Presidente, nem que o projeto estava sendo vetado em razão de problemas, com redação a vícios de origem do projeto. E que o projeto se trata de matéria de Parlamentares e não de Sua Excelência o Governador que é o Chefe do Poder Executivo e, que, portanto, de acordo com a Constituição no Artigo 47, teria competência exclusiva, para dispor a despeito de cargos públicos. Nem a isto o Governador Richa se refere nas razões do veto.

Ele apenas informa que veta em razão do posicionamento de Assessores da Secretaria das Finanças.

Então, faço a seguinte colocação, Sr. Presidente, Senhores Parlamentares, será que é possível a opinião de Assessores da Secretaria das Finanças dar prevalência sobre a opinião unânime dos Senhores Parlamentares.

Ainda mais, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, que se sabe que a sanção do Governador ou a derrubada do veto do Governador, segundo súmula do Supremo Tribunal Federal convalidam a iniciativa do eminente Deputado Eduardo Baggio.

Por esta razão, Sr. Presidente, a Bancada do PDS vota contrariamente a permanência do veto pela sua derrubada.

Fazendo um apelo para que os Senhores Parlamentares do PMDB prefiram prestigiar este Poder; prefiram prestigiar um colega seu ao invés de prestigiar a opinião dos tecnocratas da Secretaria das Finanças.

O SR. FERRARI JÚNIOR - (Para encaminhar) - Sr.

Presidente, as observações feitas pelo eminente Líder da Bancada do PDS, não nos convence, nós já havíamos dito ao ilustre autor da matéria, Deputado Eduardo Baggio, que votaríamos contra o veto, não pelos motivos apresentados agora pela Liderança do PDS. É claro que alguém, que uma assessoria governamental precisaria orientá-lo quanto ao motivo pelo qual ele veta esta matéria. Na sua justificativa o Governador diz que a matéria é contrária aos interesses do Estado do Paraná.

Contudo, Sr. Presidente, a minha posição é em função de que, nós não podemos evidentemente numa sessão ou em mais sessões apoiar uma determinada matéria talvez até por unanimidade, depois um simples veto muda a nossa posição, muda a nossa opinião, não é assim que a coisa deve funcionar.

Vivemos novos tempos, falamos tanto na Nova República, precisamos praticar um pouco pelo menos de democracia, falamos na valorização do Poder Legislativo, nós precisamos valorizar bastante o Poder Legislativo e a única maneira de se valorizar o Poder Legislativo, é fazendo com que este Poder seja respeitado.

Quando uma matéria estiver tramitando nesta Casa, seja ela do Poder Executivo, seja ela de qualquer um dos dignos membros desta Casa, pelo menos a Bancada

majoritária precisa reunir-se, discutir e votar conscientemente as determinadas matérias para depois não ter que submeter-se ao vexame de engolir goela abaixo um veto.

Portanto, Senhor Presidente, já que votei favoravelmente a esta matéria e para manter uma posição coerente com aquilo que fiz há algum tempo atrás, voto tranqüilamente contra o veto proposto pelo Senhor Governador do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder a votação.

A Mesa solicita aos Senhores Deputados que tomem assento em seus lugares. Matéria constitucional tem quorum privilegiado.

Senhores Deputados que aprovam o projeto queiram conservar-se como estão. Rejeitado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela Ordem) - Vossa Excelência rejeita o veto?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Rejeito o projeto e mantenho o veto.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Então solicito que Vossa Excelência faça verificação de votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder a chamada nominal.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Retiro o pedido de chamada nominal.

Senhores Deputados que aprovam o projeto queiram levantar-se.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Eu gostaria que Vossa Excelência orientasse a votação. Se nós estamos votando o projeto ou o veto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa está colocando em votação o projeto. Como é o caso de verificação de votação se procede de maneira inversa. Senhores Deputados que aprovam o projeto queiram levantar-se. Senhores Deputados que rejeitam o projeto, queiram levantar-se.

11 Senhores Deputados aprovam o projeto; 14 Senhores Deputados rejeitam o projeto. Não há quorum para votação.

Não há quorum para votação; somente para prosseguimento da sessão.

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição n.º 02/85, VETO PARCIAL aposto ao Projeto de Lei n.º 214/84, de autoria do Deputado TRAJANO BASTOS que autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria das Finanças, doar a Entidades Assistenciais, os bens apreendidos pela Fiscalização da Coordenação da Receita do Estado e não reclamados por seus legítimos proprietários, após a expiração do prazo legal, conforme especifica. Com PARECER da C.C.J., pela manutenção do VETO.

Encerrada a discussão.

Of. n.º DTL/231/84

Curitiba, 14 de dezembro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento de Ofício n.º 201/84, dessa Presidência que, usando da atribuição que me confere o art. 47, inciso III, e na conformidade do § 1.º, do art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente, o Projeto de Lei n.º 214/84, por julgar a parte vetada contrária aos interesses do Estado, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre a destinação de bens incorporados à Fazenda Estadual em virtude de arrematação, adjudicação ou apreensão, na forma e condições que especifica, tendo o veto parcial apostado incidido sobre a expressão "sanitária", constante do art. 2.º.

O não acolhimento, à mencionada expressão decorre tão somente do fato de que a presença da mesma no texto, do art. 2.º, implicaria em dificuldades na exequibilidade da medida, tendo-se em conta que nem sempre o laudo de risco de perecimento seria exclusivamente da autoridade de outro campo de atividade.

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa Colêndia Casa.

Valho-me para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO N.º 02/85

PARECER:

A Proposição em tela trata de veto parcial apostado ao Projeto de Lei n.º 214/84, de autoria do nobre Deputado Trajano Bastos.

Analisando-se a matéria nos termos regimentais e constitucionais, temos que:

I - O veto foi apostado dentro do prazo constitucional conforme o previsto no art. 28 da constituição Estadual; e

II - as razões do veto estão fundamentadas em questão de ordem prática administrativa que justificam a medida adotada pelo chefe do Poder Executivo, nos termos do exposto ofício DTL/231/84.

Nestas condições, a Proposição está em condições de ser apreciada pelo Plenário, opinando-se pela manutenção do veto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de março de 1985.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente.

HERMAS BRANDÃO

Relator.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Senhor Procurador Geral da República, pela indicação do Doutor Fernando Andrade de Oliveira para o cargo de Procurador da República no Paraná.
Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a recuperação da estrada do Cerne, no trecho compreendido entre os Distritos de Bateias, no Município de Campo Largo e Abapam, no Município de Castro.—

— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a liberação de verba especial à Associação de Recuperação de Alcoólatras de Tapejara, para a construção da sua sede própria.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da CAFE DO PARANÁ, por intermédio da Secretaria da Agricultura, encarecendo a destinação de um trator para auxiliar na aplicação do programa de microbacia, no Município de Janiópolis.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a liberação de um congelador para o posto localizado no Município de Moreira Sales.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Superintendente da EMOPAR, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo a liberação de recursos orçamentários para a realização de reformas gerais na Escola Rui Barbosa — Ens. de primeiro Grau, no Município de Mamborê.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo o envio de materiais e equipamentos para o posto do Município de Mariluz.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a liberação de maior cota de remédios para o setor no Município de Juranda.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a construção de um posto para serviço telefônico no Distrito Administrativo de Geremia Lunardelli, no Município de Nova Cantu.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo que

determine estudos por parte do BANESTADO S/A. Crédito Imobiliário, com vistas a aplicação de 15% da importância destinada à construção civil na edificação de conjuntos habitacionais pelo regime de mutirão implantado pela COHAPAR.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pleno restabelecimento ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, para que ele possa assumir os encargos da Presidência da República e conduzir o destino do povo brasileiro.— Em discussão. Aprovado.

O SR. CAÍTO QUINTANA — (Pela Ordem) — Sr.

Presidente, gostaria de saber se Vossa Excelência colocou em votação o requerimento do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) — Foi colocado em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, desejando pronto restabelecimento ao Sr. Presidente Tancredo Neves.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Obrigado, Sr. Presidente.— **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Finanças, encarecendo a instalação de um Posto Avançado do BANESTADO no Município de São Jorge do Patrocínio.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, com apoio do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Comunicação Social, encarecendo informações sobre despesas com programas de televisão, nos termos da Constituição e do Regimento Interno.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a regulamentação da promoção dos agentes de Segurança Pública por méritos, vazada em critérios objetivos e concretos.— **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 11, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

DISCUSSÃO ÚNICA — das Proposições n.ºs 229/84 e 02/85.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 277/84.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 289/84 e 22/85.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 117/84 e 306/84

Marca ainda, uma Sessão Extraordinária para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 170/84, 211/84 e 237/84.

Levanta-se a sessão.